A PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS DE ALOCAÇÃO NEGOCIADA DE ÁGUA: OS CASOS DOS SISTEMAS HÍDRICOS POÇÕES-EPITÁCIO PESSOA E SUMÉ (PB)

Luana Alves dos Santos [1]; Maycon Breno Macena da Silva [2]& Márcia Maria Rios Ribeiro [3]

RESUMO – A participação é um dos aspectos centrais das metodologias de avaliação da governança da água por sua contribuição à legitimidade dos processos. Nesse contexto, a alocação negociada de água constitui um espaço participativo que envolve atores na definição dos usos da água. Esse trabalho analisou a participação nos processos de alocação negociada dos Sistemas Hídricos Poções-Epitácio Pessoa (SHPEP) e Sumé (SHS), ambos na Paraíba. A análise considerou quatro dimensões da participação: formato e acessibilidade, arranjo institucional, flexibilidade do processo e equidade participativa. Os resultados indicam que reuniões presenciais favorecem a mobilização dos atores. No arranjo institucional, há dependência da atuação da ANA e participação reduzida da Comissão de Acompanhamento e do Comitê de Bacia. Quanto à flexibilidade, o processo permitiu revisar acordos diante de mudanças no SHPEP. Já a equidade participativa foi afetada por ausências e assimetrias de poder. Além disso, enquanto o SHPEP manteve continuidade do processo, o SHS apresentou redução da participação, culminando na descontinuidade das alocações. Os resultados indicam que a permanência de espaços participativos depende não apenas do engajamento dos usuários, mas da capacidade institucional de manter sua continuidade.

ABSTRACT– Participation is a central aspect of methodologies for assessing water governance, given its contribution to the legitimacy of governance processes. In this context, negotiated water allocation constitutes a participatory arena in which actors define water uses. This study analyzed participation in the negotiated water allocation processes of the Poções-Epitácio Pessoa Water System (SHPEP) and the Sumé Water System (SHS), both located in Paraíba, Brazil. The analysis considered four dimensions of participation: format and accessibility, institutional arrangement, process flexibility, and participatory equity. The results indicate that in-person meetings facilitated stakeholder mobilization. Regarding the institutional arrangement, the process depended strongly on ANA's actions, while the Monitoring Commission and the River Basin Committee played a limited role. In terms of process flexibility, the negotiated allocation allowed agreements to be revised in response to changes in the SHPEP. Participatory equity, however, was affected by absences and power imbalances. Furthermore, while the SHPEP maintained continuity in the process, participation in the SHS declined, culminating in the discontinuation of negotiated allocations. These findings indicate that the sustainability of participatory spaces depends not only on user engagement but also on institutional capacity to ensure their continuity.

Palavras-Chave – Governança da Água; Semiárido; Reservatórios.

[1]) Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental (PPGECA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campina Grande (PB), Brasil. E-mail: luanaalvessantos12@gmail.com
[2]) Professor no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Patos (PB), Brasil. E-mail: breno.macena@ifpb.edu.br
[3]) Professora do PPGECA/UFCG. E-mail: marcia.maria@professor.ufcg.edu.br

1 – INTRODUÇÃO

A participação é um dos aspectos centrais da governança da água, envolvendo o engajamento das partes interessadas nos processos de tomada de decisão e formulação de políticas (Wehn *et al*., 2018). Ela busca incorporar diferentes interesses, conhecimentos e perspectivas, contribuindo para decisões mais legítimas e aceitas (Baylan, 2016). Na gestão dos recursos hídricos, processos participativos podem fortalecer a cooperação entre os atores, promover a aprendizagem social e ampliar a responsabilização e o controle social (Wehn, 2016; Jimenez *et al*., 2019). No caso brasileiro, a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) considerou, como um dos seus fundamentos, que "a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades".

Reconhecendo a importância da participação para a qualidade dos processos decisórios, diferentes iniciativas têm buscado avaliar a governança da água. Entre elas destacam-se os Princípios da Governança da Água da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015), o Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas do Observatório das Águas (OGA, 2019) e os Princípios Transparência, Responsabilização e Participação (TAP) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013). Apesar das diferenças metodológicas, essas iniciativas compartilham a preocupação com a qualidade dos processos decisórios e o fortalecimento da participação na governança da água.

Apesar do reconhecimento da participação como elemento fundamental da governança da água, ainda persistem desafios relacionados à efetividade desses processos participativos. Em muitos casos, a participação não garante a inclusão de todas as partes interessadas, a representação equilibrada dos interesses e a influência efetiva dos atores na tomada de decisão (Spijkers *et al.*, 2018). Dessa forma, compreender os fatores que influenciam a participação torna-se importante para o fortalecimento da governança da água.

A alocação negociada de água consiste em um conjunto de ações que envolve diferentes atores na definição das quantidades de água destinadas aos usos compatíveis com a disponibilidade hídrica (CNRH, 2012), caracterizando-se como um processo participativo. A alocação busca promover o diálogo, a construção de consensos e a participação dos usuários nas decisões relacionadas ao uso da água (Silva e Ribeiro, 2022). Apesar de sua relevância para a gestão da água, ainda é necessário compreender como a participação ocorre nesses processos. Diante disso, este trabalho teve como objetivo apresentar dimensões para investigar a participação e aplicá-las na análise da participação nos processos de alocação negociada de água nos Sistemas Hídricos Poções-Epitácio Pessoa e Sumé.

2 – ÁREA DE ESTUDO

Nesta pesquisa são analisados dois sistemas hídricos localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, no semiárido paraibano: o Sistema Hídrico Poções-Epitácio Pessoa (SHPEP) e o Sistema Hídrico Sumé (SHS) (Figura 1). O SHPEP é composto pelos reservatórios Poções, Camalaú e Epitácio Pessoa e pelos trechos do rio Paraíba que os conectam. Já o SHS compreende o Reservatório Sumé, o trecho do Rio Sucuru a jusante do reservatório e o aquífero aluvial a jusante.

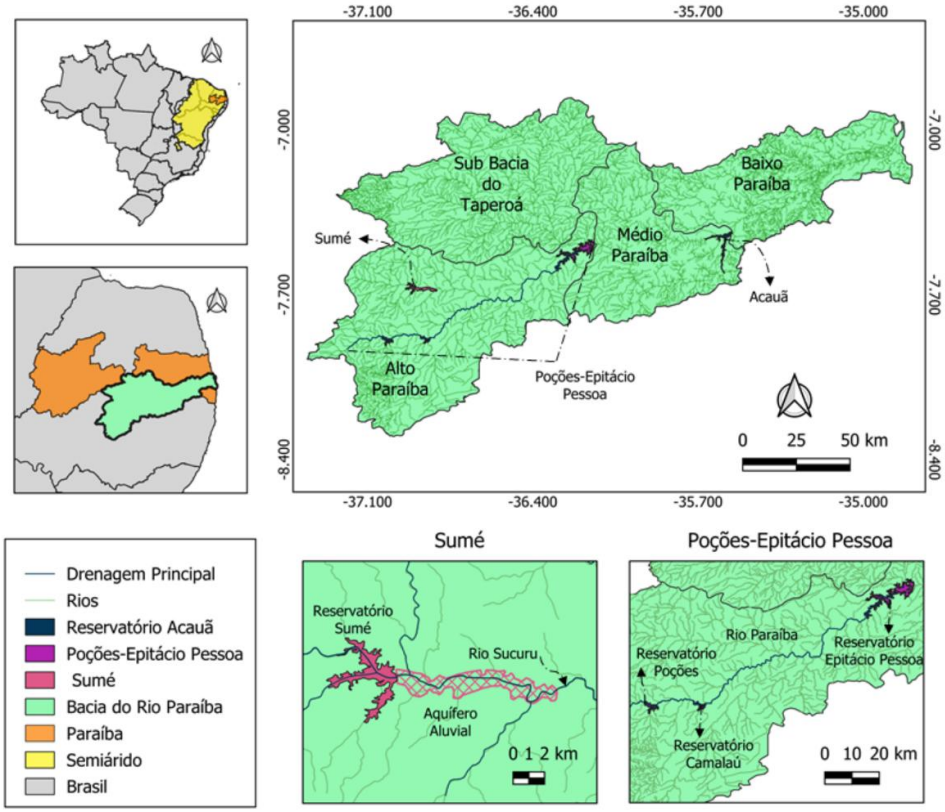


Figura 1 – Área de Estudo. Fonte: Santos (2026)

Os sistemas hídricos analisados apresentam diferenças quanto à sua abrangência e aos usos da água. O SHPEP atende mais de 20 municípios, totalizando cerca de 700 mil habitantes (Silva, 2022), além de receber águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). Esse sistema atende múltiplos usos, incluindo abastecimento público, irrigação, pesca (uso não consuntivo), além de usos no entorno e a jusante que independem de outorga. Em função da sua abrangência territorial, da integração com outra bacia hidrográfica através do PISF, do número de usuários envolvidos e de sua função na distribuição de água para outros sistemas hídricos, o SHPEP constitui um sistema hídrico de impacto regional.

Já o SHS atende principalmente às demandas de abastecimento do município de Sumé (17 mil habitantes) e da irrigação. Além de sua menor abrangência territorial, o município de Sumé dispõe do Sistema Integrado do Congo (SI Congo) como fonte alternativa de abastecimento, o que pode

reduzir a dependência exclusiva do SHS. Isso tende a reduzir a percepção de urgência quanto à disponibilidade hídrica local e afetar na participação dos atores envolvidos na alocação. Dessa forma, o SHS foi considerado como um sistema de impacto local. A análise comparativa entre as alocações desses dois sistemas permite analisar como diferenças de tamanho e abrangência podem influenciar a participação nos processos de alocação negociada de água.

Os sistemas analisados também apresentam uma configuração institucional complexa. Os Reservatórios Poções, Epitácio Pessoa e Sumé são geridos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Já o Reservatório Camalaú é gerido pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA), assim como o Rio Paraíba e as águas subterrâneas associadas ao SHS que são de domínio estadual. Essa configuração exige a articulação das diferentes instituições envolvidas na gestão e tomada de decisão.

Em ambos os sistemas, os processos de alocação negociada foram iniciados em 2019 e são coordenados pela ANA. As reuniões ocorrem anualmente e reúnem usuários e instituições envolvidas na gestão dos recursos hídricos para discutir a distribuição da água disponível. As decisões são orientadas por marcos regulatórios de cada sistema, que estabelecem regras gerais de operação e limites para os usos da água. Os resultados das negociações são formalizados por meio de Termos de Alocação de Água (conforme definidos na Resolução ANA 46/2020), que definem os volumes alocados e os compromissos assumidos pelos participantes para cada ciclo anual. Mensalmente são divulgados boletins de acompanhamento sobre as condições do sistema e o cumprimento dos acordos.

Esses processos envolvem diferentes atores com interesses distintos sobre o uso da água. A Tabela 1 sintetiza os principais usos e interessados nas alocações dos dois sistemas.

Tabela 1 – Principais usos e interessados no SHPEP e SHS

Sistema Hídrico	Principais usos	Principais interessados
SHPEP	Abastecimento público, irrigação, pesca, perenização.	CAGEPA, COMPESA, irrigantes, pescadores, ANA, AESA, DNOCS e CBH-PB.
SHS	Abastecimento urbano e rural, irrigação.	CAGEPA, Prefeitura de Sumé, irrigantes, ANA, AESA, DNOCS e CBH-PB.

Conforme apresentado na Tabela 1, entre os principais interessados destacam-se usuários da irrigação, concessionárias de saneamento (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA e Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA), prefeituras municipais, comunidades pesqueiras e órgãos gestores (ANA e AESA). Também participa o Departamento Nacional de Obras

Contra as Secas (DNOCS), órgão que foi responsável pela construção dos reservatórios de domínio da União e pelas modificações necessárias na infraestrutura desses reservatórios. Também deve participar desse processo a Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos da Paraíba (SEIRH-PB) que dentre suas funções está a execução e monitoramento de obras de infraestrutura. A Tabela 1 sintetiza os principais usos e interessados nessas alocações. Embora ambos os sistemas envolvam abastecimento e irrigação, o SHPEP apresenta maior quantidade de usuários.

3- MÉTODOS

A análise da participação ocorreu a partir de observação participante e análise documental das alocações negociadas de água nos Sistemas Hídricos Poções-Epitácio Pessoa (SHPEP) e Sumé (SHS) de 2019 a 2025. Durante as reuniões foram registradas informações relacionadas à presença dos atores, discussões, conflitos, negociações e encaminhamentos. Também foram analisados os Marcos Regulatórios dos Sistemas Poções-Epitácio Pessoa e Sumé (ANA, 2022), que estabelecem as condições de uso; os Termos de Alocação de Água, e os Boletins de Acompanhamento de Alocação de Água, disponibilizados pela ANA (2026). Esses documentos foram analisados para identificar como o processo ocorreu, as decisões tomadas e os mecanismos institucionais adotados.

Para analisar a participação, foram utilizados critérios construídos a partir de revisão de literatura sobre governança e processos participativos (baseada em 48 artigos encontrados nas bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES). Esses critérios foram organizados em quatro dimensões: (i) formato e acessibilidade do processo, (ii) arranjo institucional, (iii) flexibilidade do processo, e (iv) equidade participativa. A Tabela 2 apresenta as dimensões observadas, os critérios avaliados e algumas fontes que auxiliaram na definição dessas dimensões.

Tabela 2 – Dimensões utilizadas para a análise da participação nos processos de alocação

Dimensão	Critérios avaliados	Algumas fontes de referência
Formato e acessibilidade	Formato presencial ou virtual das reuniões, local de realização e facilidade de acesso.	Vente *et al*. (2016), Hegga *et al*. (2020)
Arranjo institucional	Atuação de um facilitador neutro, e presença de organizações de governança.	Vente *et al*. (2016), Hegga *et al*. (2020),
Flexibilidade do processo	Capacidade de adaptação do processo.	Jariego (2024), Akhmouch e Clavreul (2016),
Equidade participativa	Inclusão dos atores e ausência de assimetrias de poder.	Fry *et al*. (2024), Chunga *et al*. (2023).

As dimensões foram utilizadas como categorias para identificar no corpus de análise (anotações das observações participante e dos documentos) fatores que influenciam a participação, sem a atribuição de pontuações, portanto, uma análise qualitativa e exploratória.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir serão apresentados os resultados das dimensões analisadas mediante análise qualitativa exploratória dos documentos das alocações negociadas de água e observações participantes.

4.1 – Formato e Acessibilidade

Os resultados sugerem que o **formato e acessibilidade** das reuniões influencia a quantidade de atores presente, uma vez que nas reuniões presenciais houve maior número de participantes (Figura 2). Também é importante observar a redução no número de participantes em ambos os sistemas ao longo do período analisado, resultado ainda mais evidente no SHS.

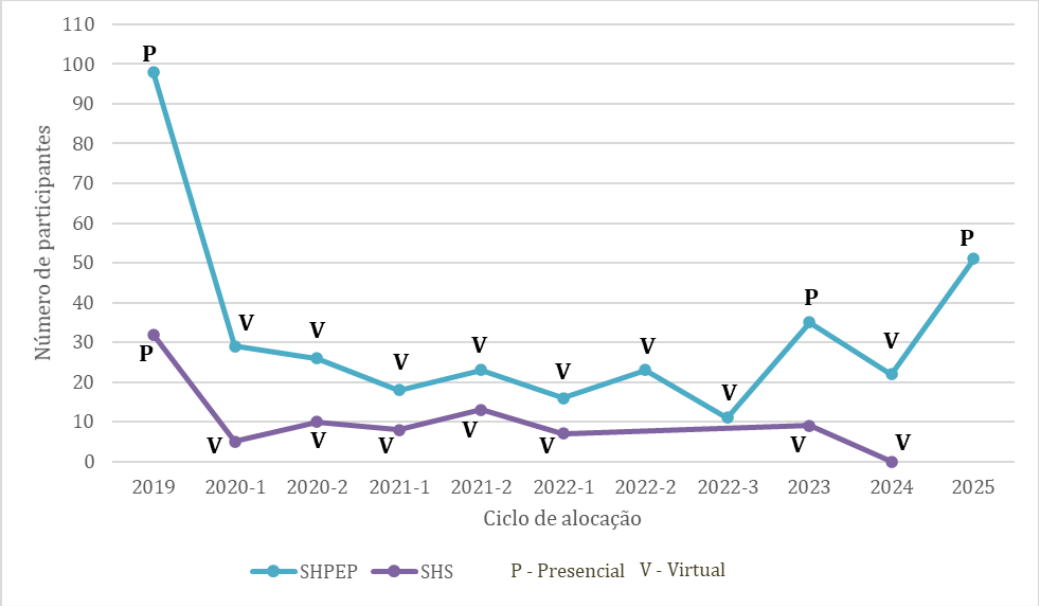


Figura 2 – Número de participantes nas reuniões de alocação nos Sistemas Hídricos Poções-Epitácio Pessoa e Sumé (2019-2025)

No SHPEP, o retorno ao formato presencial em 2023 e 2025 foi acompanhado por aumento de participantes, enquanto no SHS esse efeito não foi observado, pois as reuniões permaneceram virtuais após 2019. Além do formato, a localização das reuniões também influencia a **acessibilidade** da participação. Em 2023, a reunião do SHPEP ocorreu na zona rural de Boqueirão, o que gerou dificuldades de deslocamento e atrasos no início do encontro, já a reunião de 2025 ocorreu presencialmente na zona urbana de Boqueirão. A primeira contou com 35 participantes e a segunda com 51. Esse resultado reforça que a acessibilidade depende não apenas da existência de espaços participativos, mas também das condições de acesso dos atores.

4.2 – Arranjo Institucional

Um arranjo institucional com a presença de facilitadores e organizações de governança cria as condições necessárias para que os atores se encontrem, tenham acesso à informação, dialoguem e construam acordos. Em ambos os sistemas, a ANA exerce o papel de **facilitadora** ao convocar os participantes, organizar as reuniões, elaborar os cenários hidrológicos e atuar como árbitra do conflito (Silva e Ribeiro, 2022). Porém, além de facilitadora, a ANA é responsável pela gestão dos sistemas analisados. A concentração dessas funções em uma única instituição aumenta sua centralidade na condução das alocações e torna o processo dependente de sua atuação.

Nesse contexto, a atuação de **organizações de governança** poderia reduzir a centralização de funções da ANA no processo de alocação. Ambos os sistemas contam com a Comissão de Acompanhamento da Alocação de Água (CAAA) e com o CBH-PB, responsáveis por apoiar a divulgação, o acompanhamento e a articulação do processo. No entanto, a atuação dessas organizações se mostrou limitada ao longo do período analisado. No SHPEP, a principal atuação identificada foi a articulação da CAAA e do CBH-PB para solicitação da revisão do Marco Regulatório visando ampliar as áreas irrigáveis. No SHS, nenhum membro da CAAA ou do CBH-PB esteve presente na alocação de 2024, e não foram observadas iniciativas para mobilização dos atores ou retomada das alocações após a interrupção do processo. Além disso, verificou-se maior envolvimento do CBH-PB em demandas específicas de irrigantes do que em discussões relacionadas aos interesses coletivos da bacia. Assim, embora presentes, essas organizações apresentaram participação reduzida nos processos de alocação.

4.3 – Flexibilidade do processo

A **flexibilidade** também se destacou como característica importante nos processos de alocação, pois permite revisar vazões e acordos assumidos em razão de alterações nas condições do sistema. Essas alterações podem decorrer de novas informações, mudanças nas demandas dos usuários ou do aumento da disponibilidade hídrica, como ocorreu no SHPEP em 2022 após a liberação das águas do PISF. Quando o processo permite revisões e ajustes, os participantes percebem que suas contribuições ou necessidades podem gerar mudanças reais nas decisões. Essa percepção aumenta o incentivo em comparecer e participar efetivamente das discussões e negociações. Entretanto, a flexibilidade das alocações está condicionada aos limites estabelecidos pelos Marcos Regulatórios. Alterações mais significativas exigem a revisão desses documentos, como vem sendo discutido atualmente no SHPEP.

4.4 – Equidade participativa

Características dos próprios sistemas podem influenciar o engajamento. Por atender maior número de municípios e usuários, o SHPEP manteve maior número de atores envolvidos ao longo do tempo. Já o SHS apresentou redução nesse número, culminando na não realização da reunião em 2024 pela ausência total de usuários e instituições. Foi observada a **ausência de atores** importantes nos dois sistemas. No SHPEP, a CAGEPA e a COMPESA estiveram ausentes em 2023, enquanto o DNOCS não participou das reuniões de 2024 e 2025. No SHS, a Prefeitura Municipal de Sumé, responsável pelo abastecimento rural, inicialmente era atuante no processo, porém, esteve ausente nas reuniões seguintes a 2021. Já a CAGEPA participou apenas da reunião de 2022. Em 2024, a ausência no SHS se agravou, pois não compareceram usuários e representantes do órgão gestor estadual, a AESA, nem do CBH-PB, o que inviabilizou a reunião. Naquele ano, a ANA foi a única instituição que se fez presente. Em 2025, nenhuma reunião foi realizada, permanecendo o processo com o status de "aguardando reunião de alocação" no portal da ANA. Também não há conhecimento de ações dos órgãos gestores para retomada das alocações, demonstrando o enfraquecimento do processo participativo no SHS. As ausências observadas indicam redução de engajamento dos usuários e das instituições, contribuindo para a descontinuidade do processo e reforçando que apenas a existência de espaços participativos não garante sua continuidade.

Porém, a participação nos processos de alocação não depende apenas da presença dos atores, mas também da sua capacidade de influenciar as decisões. Foram observadas importantes **assimetrias de poder** em ambos os sistemas. Embora as concessionárias de saneamento (CAGEPA e COMPESA) estivessem ausentes em algumas reuniões, suas demandas continuaram sendo atendidas. Os resultados sugerem que a priorização conferida ao abastecimento público pela Política Nacional de Recursos Hídricos em situações de escassez também se estende em períodos de normalidade hídrica. Além disso, no SHPEP foram identificados, entre 2022 e 2025, descumprimentos dos limites estabelecidos para usos a jusante e abastecimento público sem aplicação de penalizações formais, enquanto irrigantes foram autuados por infrações semelhantes. Essas evidências indicam que a influência dos usuários nos processos de alocação não ocorre de forma equilibrada.

5 – CONCLUSÕES

O estudo conclui que a participação em processos como a alocação negociada de água é influenciada pelo formato das reuniões, pelas características dos sistemas hídricos, pelo arranjo institucional e pelas relações de poder entre os atores. Os resultados indicam que as reuniões presenciais apresentam maior capacidade de mobilização, enquanto a adoção prolongada do formato

virtual pode contribuir para a redução do engajamento, como ocorreu no Sistema Hídrico Sumé (SHS). Além disso, diferenças relacionadas à abrangência territorial, ao número de usuários e à relevância regional dos sistemas também influenciam na capacidade de mobilização dos atores.

Enquanto o SHPEP manteve a participação de diferentes atores, mesmo em menor quantidade se comparado com o início do processo, e a continuidade das alocações, o SHS apresentou redução significativa no engajamento dos usuários e instituições envolvidas, culminando na ausência de participantes na reunião convocada em 2024 e posterior descontinuidade do processo. Também foram identificadas assimetrias de poder em ambos os sistemas, evidenciadas pela priorização dos interesses e demandas do abastecimento mesmo em alocações que as concessionárias não estiveram presentes.

Entretanto, a descontinuidade observada no SHS não pode ser atribuída apenas à redução da participação dos usuários. A ausência de iniciativas para mobilização dos atores e retomada das alocações sugere fragilidades na atuação dos órgãos gestores e organizações de governança responsáveis pela condução do processo. Nesse sentido, se a alocação negociada é um espaço criado para negociar os usos em cenários críticos, é preciso novas investigações para ampliar as evidências trazidas nesse texto sobre a dificuldade de manter ampla participação nas reuniões e definir estratégias focalizadas em cada caso para sanar essas dificuldades.

AGRADECIMENTOS

A primeira autora agradece à FAPESQ-PB pela bolsa de estudo concedida para a realização do doutorado. Os autores agradecem ao CNPq pelo financiamento dos projetos EXTREMOS, ROBUSTEZ e INCT-ONSEAdapta, do qual esta pesquisa faz parte.

REFERÊNCIAS

AKHMOUCH, A., CLAVREUL, D. (2016). "*Towards Inclusive Water Governance: OECD Evidence and Key Principles of Stakeholder Engagement in the Water Sector*", in *Freshwater Governance for the 21st Century*. Org. por Karar, E., Global Issues in Water Policy, v. 6.

ANA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2022). *Marcos Regulatórios-PB*. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/regulacao-e-fiscalizacao/alocacao-de-agua-e-marcos-regulatorios/marcos-regulatorios/marcos-regulatorios-pb. Acesso em: 09 jun. 2026.

ANA. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2026). *Alocação de Água - PB*. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/regulacao-e-fiscalizacao/alocacao-de-agua-emarcos-regulatorios/alocacao-de-agua/pb. Acesso em: 09 jun. 2026.

BAYLAN, E. (2016). *"Exploring the Challenges and Opportunities for Participatory Water Management in Turkey".* Yuzuncu Yıl University Journal of Agricultural Sciences, v. 26, n. 1, pp. 106-117.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH (2012). *Resolução n° 141*. Brasília, Diário Oficial da União, 2012. Disponível https://www.ceivap.org.br/conteudo/resolucao141.pdf. [Acesso em 30 mai. 2026]

CHUNGA, B. A.; GRAVES, A.; KNOX, J. W. (2023). "*Evaluating barriers to effective rural stakeholder engagement in catchment management in Malawi*". Environmental Science & Policy, [s. l.], v. 147, pp. 138-146.

FRY, A., CLIFFORD-HOLMES, J., PALMER, C. (2024). "*A systemic analysis of participatory land and water governance in the Tsitsa River Catchment, South Afric"a*. Systems Research and Behavioral Science, v. 41.

HEGGA, S., KUNAMWENE, I. & ZIERVOGEL, G. (2020). "*Local participation in decentralized water governance: insights from north-central Namibia"*. Regional Environmental Change, v. 20.

JARIEGO, I. M. (2024). *"Using stakeholder network analysis to enhance the impact of participation in water governance"*. Humanities and Social Sciences Communications, v. 11.

JIMÉNEZ, A., LEDEUNFF, H., GINÉ, R., SJÖDIN, J., CRONK, R., MURAD, S., TAKANE, M., BARTRAM, J. (2019). *"The Enabling Environment for Participation in Water and Sanitation: A Conceptual Framework".* Water, v. 11, n. 2, pp. 308.

OBSERVATÓRIO DAS ÁGUAS – OGA. (2019). *Protocolo de Monitoramento de Governança das Águas*. [S.L.]: OGA, 36p.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (2015). *Principles on Water Governance*. OECD Publishing, Paris, France, 24 p.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2013). *User's Guide on Assessing Water Governance*. Oslo, Norway: PNUD, 100 p.

SANTOS, L. A. (2026). *Abordagens múltiplas para avaliação da governança em sistemas hídricos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Brasil, 130p.

SILVA, M. B. M.; RIBEIRO, M. M. R. (2022) *"Alocação e governança da água como mecanismos de resolução de conflitos".* Engenharia Sanitária e Ambiental, 27(3), pp. 533 – 540.

SILVA, M. B. M. (2022). Análise de múltiplos aspectos da governança da água em sistemas hídricos locais. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Brasil, 114 p.

SPIJKERS, O., LI, X., DAI, L. (2018). *"Public participation in China's water governance".* Chinese Journal Environmental Law, n. 1, pp. 28-56.

VENTE, J., REED, M., STRINGER, L., VALENTE, S., NEWIG, J. (2016). "*How does the context and design of participatory decision-making processes affect their outcomes? Evidence from sustainable land management in global drylands*". Ecology and Society. 21.

WEHN, U., COLLINS, K., ANEMA, K., BASCO-CARRERA, L., LEREBOURS, A. (2017).*"Stakeholder engagement in water governance as social learning: lessons from practice."* Water International, v. 43, n.1, pp. 34–59